

Parecer n. 05 /2017/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação e Comentários sobre a Proposta do Projeto Legado: Desafios e Propostas para a Gestão das Águas no Brasil

1. Histórico

11. O Projeto foi apresentado à Plenária do CNRH que gerou a decisão do Plenário de que a ANA realizasse a apresentação da proposta às suas Câmaras Técnicas.
12. Para os membros da CTCOB, a apresentação ocorreu durante a sua 96ª Reunião gerando as manifestações que ora se encaminha à Secretaria Executiva do CNRH.


2. Síntese das Discussões Técnicas

21. Houve a solicitação de que a apresentação da ANA mantivesse o foco nos temas afetos às atribuições da CTCOB. A apresentação resumiu o número de propostas e a forma como se estruturam no documento, dando ênfase às alterações propostas na composição do Conselho e das Câmaras Técnicas Permanentes e em outras configurações para a conformação de comitês.
22. O representante da ANA menciona a alteração do percentual de custeio das entidades delegatárias de 7,5 para 15% e a definição da revisão anual do PPU, como sendo os temas de maior interesse para os membros da Câmara, deixando claro que o trabalho traz as propostas que já estão consolidadas o suficiente para a sua apresentação à sociedade e que os temas que ainda estão em discussão, no CNRH ou qualquer das suas CTs não serão removidos do Projeto Legado, até a sua definição.
23. Informa, ainda, que a pretensão é apresentar as propostas em novembro, no Seminário da ABRH, quando se encerraria a fase de consultas que não envolveu todos os setores usuários, sendo dirigidas, com o acréscimo de uma consulta ampliada à sociedade civil por meio de um portal específico. Após o encerramento das consultas a ANA consolidará o documento final para apresentação no Fórum Mundial da Água em 2018.
24. Foi apresentada a redução do número de Câmaras Técnicas para três, criação de um Grupo Assessor, estabelecimento de Cotas para Mulheres e alterações na Composição do Comitê. Também se tratou da modificação da Lei Federal 9.433/97 no tocante aos valores de custeio, dobrando o percentual hoje previsto. E o reajuste dos PPUs, com a revisão da Resolução CNRH n.48.
25. Foram feitas considerações sobre a ausência da fundamentação para o embasamento das propostas, o aumento do poder do Estado em face da redução da participação da sociedade civil e do número de envolvidos na formulação da política. Ressaltou-se o papel fundamental do CNRH como locus de discussão dessas propostas, e a falta de aderência ou excessivo número de projetos que vêm sendo desenvolvidos simultaneamente.

3. Encaminhamento

31. A CTCOB avalia ser importante a discussão do projeto de maneira integrada e sugere a realização de uma Oficina de Trabalho para a discussão do projeto legado com representantes das Câmaras Técnicas juntamente com o plenário do CNRH.

Em 04 de setembro de 2017.


LIVIA SOALHEIRO ROMANO
Presidente da CTCOB